

CONFLITOS AMBIENTAIS RELACIONADOS À DESPOSSESSÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO DE SÃO PAULO

Júlia do Nascimento de Sá

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC - julia.sa@ufabc.edu.br

Luciana Nicolau Ferrara

Professora Adjunta da Universidade Federal do ABC - luciana.ferrara@ufabc.edu.br

Resumo

As lógicas contemporâneas da produção do espaço urbano evidenciam, em meio a contradições, ligações entre a produção das infraestruturas e do imobiliário, que gradativamente mais engendram desigualdades, sobretudo para a população mais pobre. A expansão de projetos de infraestruturas urbanas nas cidades, principalmente em áreas ambientalmente sensíveis e legalmente protegidas, tem sido acompanhada por ameaças e remoções forçadas de famílias de baixa renda, provocando situações de conflitos e injustiças às pessoas afetadas, sem solucionar plenamente os objetivos de qualificação ambiental. Nesse sentido, a pesquisa visou analisar o processo de remoções de famílias em decorrência de um empreendimento de obras de macrodrenagem contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, na zona leste de São Paulo (Brasil), no rio Aricanduva. Buscou-se refletir que, ainda que a intervenção possa ter solucionado parte dos riscos hidrológicos que afetavam as favelas ao longo do rio, a incompletude da solução habitacional engendrou novas situações de risco. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados múltiplos métodos: revisão da literatura de autores críticos ao capitalismo, levantamento e análise documental do projeto mencionado, pesquisa empírica com trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas em territórios populares afetados pelas intervenções na região. Considerando como casos ilustrativos da realidade latino-americana as dinâmicas estabelecidas nesses territórios, especialmente como consequência dos impactos desse empreendimento, expõem como as atuais lógicas de produção do espaço urbano implicam na reprodução de processos espoliativos e aprofundamento de desigualdades socioambientais nos territórios populares.

Palavras-chave: Produção do espaço; Remoções forçadas; PAC; Conflitos ambientais; Riscos; São Paulo.

Introdução

As desigualdades na cidade são estruturadas e, simultaneamente, estruturam a produção capitalista do espaço urbano. Trata-se de uma contradição do espaço, que cria novas raridades do espaço a partir de processos de valorização e, ao mesmo tempo, cria espaços de penúria, ou seja, espaços de extrema precariedade, especialmente nos arredores e fora de centralidades (Lefebvre, 2008). As situações de desigualdades e precariedades em decorrência dos problemas ambientais e urbanos cotidianos, na realidade resultam, em grande medida, da instrumentalização econômica do espaço e possui ligação direta à produção imobiliária e das infraestruturas, que engendram processos de valorização e desvalorização, espaços de qualidade e espaços precários de moradia, como partes de um único processo de produção do espaço (Ferrara, 2018). Tal apropriação econômica do espaço acarreta, principalmente, as ações humanas que provocam impactos negativos no ecossistema e nas relações da sociedade urbana com a natureza, entendido como metabolismo urbano (Foster, 2005; Ferrara, 2018).

Este fato ilumina as considerações de Pereira (1986) sobre valorização imobiliária em São Paulo, devido ao aumento exorbitante do preço de imóveis, o que adiciona novas camadas do processo de espoliação urbana¹ da população mais pobre formulado por Kowarick (1979), denominado pelo autor como espoliação imobiliária (Pereira, 2016). Diante das transformações do espaço estarem ocorrendo ao nível global, instrumentalizando-o por inteiro (Lefebvre, 2008), no contexto latino-americano e no Brasil, cabe questionar quais as especificidades da produção do espaço na periferia do capitalismo.

A partir dessa perspectiva, este trabalho analisou o processo de intervenções associado às remoções de famílias no âmbito do empreendimento das obras de macrodrenagem no rio Aricanduva financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, também intitulado pelo município paulista como PAC Drenagem Aricanduva, na zona leste de São Paulo no Brasil, visando refletir o que ele pode nos revelar sobre a produção do espaço contemporâneo e os conflitos ambientais, especialmente em uma região periférica da metrópole paulista. Para isso, foram adotados múltiplos métodos, como o levantamento e revisão de literatura de autores críticos ao capitalismo; coleta e análise

¹ O conceito de “espoliação urbana” significa “o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (Kowarick, 1979: 62). O processo de espoliação urbana é entendido “enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito” (Kowarick, 1979: 73).

documental sobre as obras do programa, sobretudo de domínio público, assim como uma pesquisa empírica com entrevistas semiestruturadas com cerca de 10 (dez) pessoas envolvidas com os processos de remoções em territórios populares na região Leste de São Paulo, efetuadas no âmbito da pesquisa coletiva, e sistematizadas em Petrella (2021).

Rolnik (2015) ressalta que o processo de expulsão populacional não é considerado recente, na verdade, é conhecido desde os princípios do capitalismo. Dentre os vários ciclos de despossessão na história, segundo a autora, atualmente, estamos em uma nova relação do capital com o espaço, sobretudo a terra sob o controle hegemônico do capital financeiro e rentista, tornando-se uma reserva de valor. Essas novas situações de expulsão e despossessão, não surgem mais como “uma máquina de produção de proletários”, mas como um resultado direto de uma “nova geografia baseada no controle de ativos” (Rolnik, 2015: 160).

Como parte da acumulação primitiva e do capitalismo, além do roubo das terras de domínio público e camponesas, agrega-se a “acumulação por despossessão”² (Damiani, 2016: 19). Segundo Oliveira (2013), o conceito acumulação primitiva foi tomado de Marx, ao retratá-lo como uma das condições anteriores para a acumulação capitalista, como resultado do processo de expropriação do campesinato. Acosta e Brand (2019) destacam que esse conceito permite explicar o regime do capitalismo para além do roubo, a concentração e a devastação colonial e neocolonial. Tal conceito, no entanto, deve ser redefinido, pois, em primeiro lugar, não se trata de um processo que “não se expropria a propriedade”, porém, o que ocorre é a “expropriação do excedente que se forma pela posse transitória da terra”; em segundo, a acumulação primitiva não se realiza somente no âmbito do capitalismo, especialmente à medida que a acumulação primitiva é estrutural e “esse capitalismo cresce por elaboração de periferias” (Oliveira, 2013: 43).

As remoções de famílias de baixa renda, principalmente decorrentes de grandes projetos urbanos, têm fomentado uma “permanente transitoriedade”, precariedade e novas ocupações, como se observa atualmente em diversos casos na cidade de São Paulo (Rolnik, 2015), mesmo durante a crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19³. No entanto,

² O conceito de acumulação por espoliação, também conhecido como acumulação por despossessão, trata-se de um processo de deslocamento e desapropriação de populações, geralmente de baixa renda, ocasionando inúmeros conflitos a partir da apropriação do capital através do desenvolvimento urbano (Harvey, 2008; 2014; 2020).

³ Consoante os dados do mapeamento colaborativo das ameaças e remoções na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), sistematizados coletivamente pelo Observatório de Remoções, sob coordenação do LabCidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), o Laboratório de Justiça Territorial (LabJuta) da UFABC e Transborda - Estudos da Urbanização Crítica, do Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Para

esses processos de remoção são atravessados por consequências e impactos em determinados territórios e corpos (Lacerda; Harkot; Santoro; Alho; Brito, 2020), marcados pela ausência de dados oficiais, sobretudo acerca das pessoas atingidas e seus impactos, impedindo uma visão ampla sobre os processos (Rolnik et al., 2017; Marino, 2019).

Os processos de reprodução de desigualdades, espoliação urbana (Kowarick, 1979) e despossessão podem ser observados em casos de remoções de famílias na zona leste de São Paulo, conforme o perfil de remoções analisados na região por Milano e Sá (2021), que sob diversas justificativas e agentes, sobretudo o Estado, provocam a expulsão a população pobre de suas moradias. Esses casos mostraram, ainda, a presença do Estado na periferia que, de forma contraditória, sob a justificativa de realização de obras públicas e qualificação ambiental, omite-se de sua responsabilidade em promover o direito à moradia (Milano; Sá, 2020).

A estrutura deste artigo envolve duas sessões, para além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte apresenta uma revisão da literatura com reflexões sobre as dinâmicas de urbanização, sobretudo a partir de uma leitura da produção do espaço urbano, adentrando na noção do metabolismo urbano no contexto contemporâneo. As duas últimas seções realizam uma discussão empírica baseada nessas reflexões teóricas. Assim, a segunda seção contextualiza o empreendimento do PAC Drenagem Aricanduva, apresentando o projeto proposto, os seus objetivos e justificativas, frisando as contradições envolvidas. Em seguida, os processos de remoções forçadas de famílias associados às intervenções do programa são contextualizados, mostrando os conflitos engendrados.

1. Sobre a produção do espaço, dinâmica da urbanização e o metabolismo urbano contemporâneo

Como ponto de partida, considera-se a não neutralidade do espaço, que se tornou um instrumento político (Lefebvre, 2008). Tanto o espaço como a natureza são políticos e uma produção social, segundo o autor, resultados da ação de diferentes agentes responsáveis por sua produção e transformação, a partir de um conjunto de relações sociais e econômicas na sociedade em meio a conflitos e contradições. À luz de Lefebvre, Pereira (2018) compreende as transformações contemporâneas na produção imobiliária e infraestruturas na cidade de São Paulo.

Diante das transformações globais do espaço (Lefebvre, 2008), capaz de instrumentalizar o espaço inteiro, Pereira (2018) discute que na atual produção do espaço, a

terra não é mais a única a funcionar na valorização do capital, como moderna propriedade imobiliária. Trata-se da apropriação do espaço inteiro, da cidade em geral, que passa a sere incorporada no movimento do capital.

Embora a existência das cidades seja anterior ao capitalismo, como abordam diversos autores, tal sistema consegue mudá-las e, em determinados períodos históricos, modelá-las conforme seus próprios interesses (Maricato, 2015). Segundo a autora, o Estado tem um papel fundamental na produção do espaço urbano, principalmente com seu poder de investimentos com fundos públicos, atuando na regulamentação do uso e controle da ocupação do solo, intermediando lucros, rendas, salários e outras responsabilidades.

A expansão das cidades provocada pelo capitalismo, em conjunto com a intensa urbanização da sociedade, é acompanhada pela segregação socioeconômica e cultural, dominada pela degradação da vida urbana e da natureza (Lefebvre, 2008). Na análise do espaço urbano, a segregação é uma dimensão relevante, pois é a manifestação da desigualdade predominante na sociedade brasileira (Villaça, 2011). Tal segregação está situada na origem do conflito na cidade, e é consequência e fundamento da propriedade privada, a qual afeta não somente os espaços urbanos, mas também a vida cotidiana (Carlos, 2011, 2015, 2020).

A apropriação de cidades históricas pelo capitalismo ocorreu sob a racionalidade da moderna propriedade privada, o que resultou na criação de centralidades políticas e econômicas e, ao mesmo tempo, fragmentou o espaço em periferias, subúrbios e aglomerações (Lefebvre, 2008). As análises feitas pelo autor, à luz do contexto francês, concluem que essas transformações são globais, e instrumentalizaram o espaço inteiro. Nesse sentido, esta pesquisa entende que ainda há lacunas em sua análise sobre o contexto latino-americano, e cabe perguntar quais as especificidades da produção do espaço na periferia do capitalismo, como o Brasil.

Desde os anos 1970, autores buscam compreender as contradições e conflitos da urbanização desigual, sobretudo submetida ao desenvolvimento da industrialização capitalista (Pereira 2018). Nesse sentido, Oliveira (2013) realiza esforços metodológicos e teóricos de interpretação na literatura econômica latino-americana. Segundo ele, a economia inerente às cidades está ligada à exploração da força de trabalho, considerando que uma importante parte das residências da classe trabalhadora foram construídas pelos próprios proprietários.

Desde o início, as cidades da América Latina são acompanhadas pela precariedade habitacional de grande parte da população urbana (Jaramillo, 2012). Conforme o autor, na história, as cidades dos países capitalistas da região central também passaram pela mesma calamidade, mas há características marcantes desse fenômeno no contexto das cidades

latino-americanas. Em primeiro lugar, ele destaca a permanência de dificuldades severas com a moradia, tendo em vista o progresso econômico e de outras frentes, e apesar de pequenos avanços, ainda estamos atrasados. Por outra perspectiva, Jaramillo (2012) ressalta que a ausência de moradia, na realidade, está diretamente relacionada às formas de produção do espaço construído, assim como com os diferentes modos de ocupação do solo pela população.

O processo de urbanização no Brasil “constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no pós-anos 1930” (Oliveira, 2013: 59). Essa expansão do capitalismo se dá “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global”, e a partir dessas condições, “o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder” (Oliveira, 2013: 60). No entanto, esse processo de crescimento das cidades brasileiras e o caos instaurado não pode ser compreendido sem considerar as necessidades da acumulação capitalista e, logo, a urbanização brasileira, trata-se de um processo desigual e combinado (Oliveira, 2013).

A urbanização capitalista engendra espoliação, conforme Kowarick (1979), o que se verifica na desigualdade de acesso aos serviços, infraestruturas, condição de moradia e trabalho, e tais aspectos conectados diretamente ao processo de acumulação de capital. Em resposta ao processo de industrialização e urbanização, a autoconstrução de moradias e extensão das favelas ocorreu como resultado da exploração do trabalho acirrado devido aos baixos salários, ocasionando um grau crescente de espoliação urbana. Nas últimas décadas, portanto, a reprodução da periferia ocorreu a partir da força do trabalho, como consequência do modelo de desenvolvimento econômico processado na sociedade brasileira (Kowarick 1979).

Embora o conceito da espoliação urbana desenvolvido por Kowarick (1979) ainda seja válido e representativo sobre a nossa realidade atual, a industrialização não é mais o único vetor predominante da urbanização. Desse modo, é preciso ampliar o horizonte e considerar outros processos contemporâneos de urbanização em relação ao (in)acesso à terra urbanizada, sobretudo no contexto da população de baixa renda. Pereira (1986) considerou ser necessário expandir o conceito de espoliação urbana para alcançar aspectos sobre a valorização imobiliária. O autor considera que o conceito de espoliação não abrange apenas a distribuição de serviços consumidos coletivamente, “mas principalmente, a sua relação com os preços da terra e dos aluguéis”, como consequência da “produção, apropriação e consumo do espaço construído” (Pereira, 1986: 229). Nesse contexto, Pereira (2016) formulou o conceito de espoliação imobiliária e financeira, iluminando que, para além da exploração do

trabalho e os baixos salários a partir do processo de industrialização e a inacessibilidade à terra urbanizada do passado, a urbanização contemporânea é atravessada por diferentes processos espoliativos, e o motivo pelo qual a população mais pobre não consegue acessar uma moradia digna é devido ao processo de valorização imobiliária impulsionada pelo aumento extremo dos preços dos imóveis.

No contexto das grandes cidades brasileiras, Maricato (2008) ressalta o “nó da terra”, pois para ela, a questão da terra no Brasil permanece no centro do conflito social, alimentando e aprofundando desigualdades. Nas cidades, o empecilho de acesso à terra para habitação por meio de um processo regular, também é um dos grandes responsáveis pela expansão e aumento nas periferias de favelas e loteamentos ilegais (Maricato, 2008). Diante da ausência da alternativa legal, a maioria da população urbana, sobretudo a população de baixa renda, recorreu à ocupação de terras ainda irrelevantes ao mercado imobiliário formal, como áreas ambientalmente frágeis e protegidas pela legislação ambiental (Maricato, 2008). Em geral, as cidades brasileiras não escaparam de um destino marcado pela desigualdade, com a exclusão, segregação e degradação ambiental (Maricato, 2008). No entanto, como é lembrado por ela, a ilegalidade da propriedade da terra não está associada apenas às pessoas de baixa renda, mas somente essa parte da população mais pobre é criminalizada e assolada pela violência.

A distribuição do espaço das cidades brasileiras é permeado por uma racionalidade segregadora, as “favelas, cortiços, ocupações informais, bairros periferizados” (...) e outras denominações indicativas de espaços ocultados pela racionalidade da titularidade formal de propriedade e que se tornam preferenciais na atuação do controle social punitivo do Estado” (Milano, 2016: 17). Segundo a autora, “esse processo de segregação socioespacial é ao mesmo tempo, constituído e constituinte das dinâmicas urbanas”, e a propriedade privada da terra, na sobrevalorização do título, possui um papel fundamental no acesso aos direitos na cidade (Milano, 2016: 16). Tanto territórios populares como seus sujeitos ocupantes, são estigmatizados como invasores e inimigos, sobretudo em processos de despejos forçados (Milano, 2016).

À luz da realidade contemporânea, Pereira (2018) considera que existe uma dificuldade na leitura da dimensão do espaço na urbanização, observada ainda como um paradigma de análise, pois o urbano se constituiu como um “campo cego” (Lefebvre, 2008: 81). Por isso, a compreensão do fenômeno urbano de forma aprofundada, de acordo com Pereira (2018), exige a realização de análises voltadas ao esclarecimento da dimensão espacial da urbanização, pois o entendimento a partir da perspectiva da produção do espaço, não pode ser reduzido somente a uma mera consequência da industrialização. Na realidade,

a produção do espaço determina uma análise privilegiada das especificidades específicas de apropriação e reprodução do capital na industrialização. Em sua visão, nas décadas em transição para o século XXI, a urbanização, sob a dominância da lógica industrial, é substituída pela produção do espaço sob domínio da acumulação do capital financeiro (Pereira, 2018)

No que se refere à metrópole de São Paulo, a partir da análise da produção do espaço, Ferrara (2018) afirma que seus problemas urbanos e ambientais ligados às condições de vida das pessoas ao acessar direitos e serviços básicos, como acesso à moradia e saneamento, além de questões associadas à saúde, poluição, contaminação do solo, as águas ar, ausência de áreas verdes e espaços públicos de lazer, etc, afetam, sobretudo com mais intensidade e desigualmente, a população mais pobre. Porém, “esses problemas urbanos e ambientais não são meras consequências negativas da urbanização”, na realidade, eles “fazem parte da apropriação econômica do espaço e estão interligados com a produção imobiliária e de infraestruturas” (Ferrara, 2018: 137).

Considerando o contexto do processo urbanização engendrado pela industrialização, Ferrara (2018) ressalta que tal processo teve seus contornos específicos de um país de capitalismo periférico, marcado pela desigualdade, assim como predatório e extrativista, diante das diversas degradações ambientais. Atualmente no contexto urbano, no entanto, há novas formas de exploração e extração da natureza que têm sido aprofundadas principalmente pela intensificação da produção imobiliária e de infraestrutura. Isto é, outro fator que tem fomentado as desigualdades e precariedades na vida urbana é instrumentalização econômica do espaço e natureza pela produção imobiliária e das infraestruturas (Ferrara, 2018). Desse modo, as transformações atuais no capitalismo, a partir de uma “crítica sobre a produção do espaço industrial, não é mais suficiente para a compreensão dos processos contemporâneos”, logo, nos fazem questionar a interpretação do processo de urbanização Ferrara (2018: 158).

A apropriação econômica do espaço, segundo Ferrara (2018), cada vez mais define a urbanização desigual e precária, ao provocar ações humanas que geram impactos negativos no ecossistema e nas relações da sociedade urbana com a natureza, entendido como metabolismo urbano. Com base no conceito de metabolismo social recuperado por Marx, desenvolvido por outros autores, como Foladori (2001) e Foster (2005), as pesquisas recentes de Ferrara (2018, 2022) e Ferrara et al., (2023) discutem que, atualmente, o metabolismo urbano passou de um metabolismo urbano industrial para um metabolismo imobiliário financeiro. Essa noção de metabolismo social visa compreender as relações e interações dinâmicas entre a sociedade humana e a natureza, por meio do trabalho (Foladori, 2001;

Heynen, Kaika, Swyngedouw, 2006; Swyngedouw, 2006). Assim, para Ferrara (2018) a produção do espaço tem se transformado diante da dominância do capital financeiro e não mais industrial, devido à forte atuação do setor de infraestruturas e imobiliário, articulados aos ganhos rentistas e financeiros (Rufino, 2021) fomentando novas questões para a produção do espaço e da natureza.

Marx explica a maneira como o metabolismo com a natureza vai se rompendo e se alterando, provocando fratura metabólica (Foladori, 2001). Essa fratura no metabolismo social foi provocada sobretudo pela produção industrial capitalista (Foladori, 2001; Swyngedouw, 2006; Ferrara, 2022). Considerando que a expansão da produção capitalista da agricultura, de forma mecanizada, induziu o êxodo rural e, em contrapartida, a aglomeração urbana nas cidades (Foladori, 2001).

Além da fratura metabólica gerada pelo processo capitalista e industrialização, segundo Ferrara (2018), o metabolismo imobiliário financeiro tem provocado novas fraturas metabólicas, resultando na distância ainda maior para a possibilidade de apropriação da natureza como valor de uso e espaço comum, especialmente no âmbito da natureza segunda, a cidade. Como reflexo desse novo metabolismo urbano, os impactos ambientais desiguais são distribuídos e acompanham, simultaneamente, os conflitos sociais. A partir de um mesmo processo desigual, a produção da natureza se realiza como objetos de investimentos, sobretudo financeiros, mas, ao mesmo tempo, por outra perspectiva, a desigualdade socioambiental é aprofundada⁴.

No contexto da cidade de São Paulo, um estudo atual de Ferrara et al., (2023) ilustra a criação de novas raridades espaciais pela produção imobiliária e de infraestrutura em locais destinados à população de alta renda. Ao provocarem o aumento do preço do empreendimento como uma forma de gerar renda para agentes privados, também estimulam a elevação do preço dos imóveis e aluguéis no entorno, por consequência, acabam reproduzindo a lógica de segregação socioespacial, aprofundando desigualdades ambientais no urbano (Ferrara et al., 2023).

A investigação sobre o urbano no contemporâneo, na visão de Pereira (2018), em primeiro lugar, requer alguns desdobramentos, sendo necessário consolidar um “deslocamento na análise urbana da “visão industrial” para a “visão espacial”, particularmente de sua produção” (Pereira, 2018: 7), e as discussões empíricas e analíticas podem

⁴ A autora ilumina essa discussão a partir da análise da produção imobiliária de empreendimentos voltados para população de alta renda, a qual se apropria da pauta ambiental e da sustentabilidade visando acumulação de capital em porções valorizadas da cidade de São Paulo, enquanto como reflexo temos a espoliação recaindo sobre territórios em situação de precariedade, geralmente destinados às pessoas de baixa renda vivendo em condições não adequados à moradia digna (Ferrara, 2018).

proporcionar um aprendizado sobre uma nova centralidade. Em segundo lugar, para ele, os processos atuais também podem ser elucidados “à luz de processos espoliativos, do metabolismo social mundial, da dominância financeira na produção do espaço imobiliário e urbano”, uma vez que trazem implicações relevantes a respeito das “relações de produção e de propriedade” e outros (Pereira, 2018: 7). Finalmente, ele considera a luta social como um campo importante para ir em direção à ação política.

Portanto, existe uma complexidade envolvendo o urbano, e para o desvendar o processo, é preciso realizar uma leitura radical, como aponta Damiani (2001). Na história, há uma ausência do urbano para todas as pessoas, ou em outras palavras sustentadas pela autora, a urbanização crítica, como resultado da forma como produzimos o mundo (Damiani, 2001, 2009). Para possibilitar um urbano universal é necessário o enfrentamento da propriedade privada, além da sua capitalização, a partir da produção do espaço (Damiani, 2001). No entanto, na visão da autora, na realidade atual, possibilitar o urbano, no raciocínio deste Estado e da propriedade privada da terra, significa ocasionar a expulsão da população excedente que, inclusive, é praticamente naturalizada.

2. Contextualização do empreendimento PAC Drenagem Aricanduva

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 2007, como um pacote de investimentos em obras de infraestruturas na gestão do Governo Lula, com o propósito promover o desenvolvimento econômico através da potencialização de investimentos públicos, junto aos investimentos privados (Cardoso; Denaldi, 2018). Há duas fases desse programa, conforme os autores: o PAC1 (2007-2010), quando foi criada a Modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), no Eixo denominado Infraestrutura Social e Urbana, e o PAC2 (2011-2014), que se insere do Eixo do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Outra modalidade com relação aos assentamentos precários é o PAC Prevenção de Áreas de Risco (PAC-PAR), que visa “a prevenção de deslizamentos, estabilização e contenção de encostas e redução de áreas vulneráveis”, englobando recursos para obras de drenagem urbana, mas não somente em favelas (Ferrara; Cardoso, 2022: 12). Contudo, desde o ano de 2016, marcado pelo impeachment de Dilma Rousseff, o programa perdeu a centralidade de urbanização de favelas na agenda de políticas públicas (Cardoso; Denaldi, 2018).

O empreendimento denominado como “Obras de inundação da Bacia do Alto Aricanduva” (Consórcio Cidade SP, 2013), popularmente chamado como PAC Drenagem

Aricanduva pelo município de São Paulo, foi contemplado nas obras do PAC 2. O termo de compromisso tem como compromitente a União, por intermédio do Ministério das Cidades, o compromitente repassador de recursos a Caixa Econômica Federal (CEF), bem como a Compromissária a Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP (Brasil, 2016).

O projeto é constituído por um conjunto de obras estruturais localizados com alguns planos e projetos, sendo algumas novas e outras de readequação nos limites internos da bacia hidrográfica do rio Aricanduva. A proposta visou contemplar uma série de obras estruturais, como consolidação de *polders*, reservatórios de retenção, estrutura de extravasão, parques lineares e sistema viário. Essas obras foram propostas visando reduzir a gravidade e frequência de inundações na região e, em simultâneo, proporcionar o funcionamento e aumento de eficiência do sistema de macro e micro drenagem integradamente (Consórcio Cidade SP, 2013).

O empreendimento teve seu projeto básico desenvolvido pela empresa Hidrostudio Engenharia Ltda e o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) elaborado pela empresa Consórcio Cidade SP (Consórcio Cidade SP, 2013). Além disso, a partir do levantamento e análise de documentos públicos, foram mapeados o envolvimento de outros agentes privados, constatando ao menos 31 empresas mencionadas no processo administrativo sobre a licitação das obras do lote 2 do PAC Drenagem Aricanduva. A totalidade de empresas possui relação com os serviços técnicos e especializados, como aqueles associados aos programas ambientais em atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental (Licença Ambiental de Instalação - LAI), assim como demais serviços e itens extracontratuais de obras de engenharia, como monitoramento, instalação e/ou venda de materiais diversos e trabalho social.

Inicialmente, as intervenções do programa previstas no EIA/RIMA foram fragmentadas em 3 (três) lotes, a serem implementadas internamente aos limites da Bacia do Aricanduva. Contudo, a responsabilidade de fiscalização das obras do PAC foi transferida para a Prefeitura de São Paulo (PMSP), representada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB). Com isso, para a execução das obras civis de drenagem, a PMSP/SIURB publicou o Edital RDC Presencial 004/14/SIURB, dividindo as obras em dois lotes (Lote 1 e Lote 2). Diferente do que apontava no EIA/RIMA, tanto o edital de licitação das obras, quanto os contratos estabelecidos para a execução das obras, detalham o conjunto de intervenções em Lote 1 e Lote 2⁵.

⁵ As informações sobre as intervenções dos distintos lotes (Lote 1 e 2) foram levantadas a partir do Edital de licitação - RDC PRESENCIAL Nº 004/14/SIURB e do Relatório de Auditoria do TCU (Brasil, 2016). Destaca-se que o Contrato 014/SIURB/15 referente ao Lote 2 elenca as intervenções objeto das

O Lote 1 constituem-se as intervenções abaixo:

a) implantação dos Reservatórios R3, R6, R7 e R8); b) implantação do Reservatório de detenção dos Machados, com capacidade de 223 milhões de litros; c) alteamento das Pontes Manilha e Itaquera; e d) recapeamento e prolongamento do sistema viário da Avenida arquiteto Vilanova Artigas, com 40.000 m² de área pavimentada ao longo de 4.000 m de extensão (Brasil, 2016: 3)

Já as obras do Lote 2, constituem-se as seguintes intervenções, com desapropriações por parte da PMSP⁶:

a) implantação do Reservatório de detenção Taboão, com capacidade de 188 milhões de litros; b) readequação das margens do Rio Aricanduva, com a construção de Parque Linear entre os reservatórios AR-2 e AR-3; e a montante do AR-2; c) readequação das estruturas de extravasão nos reservatórios do Alto Aricanduva (AR-1, AR-2, AR-3 e Limoeiro); e d) implantação de 3 Parques Lineares nos Reservatórios do Alto Aricanduva (CA01, AR-02 e AR-03), com área total de 55.000 m² (Brasil, 2016: 4).

Em decorrência do procedimento licitatório realizado a PMSP formalizou, em 2015, a contratação com dois consórcios constituídos por quatro empresas privadas para realizar as obras civis de drenagem dos dois respectivos lotes. A licitação determinou para o lote 1 o valor estimado de R\$213.792.319,91 e para o lote 2 o valor de R\$200.782.438,61, mas com os descontos ofertados pelos consórcios de empresas licitantes vencedoras ficou estabelecido, inicialmente, os dois contratos em R\$ 308,7 milhões⁷. Desse modo, no mesmo ano, para o Lote 1 das obras, foi firmado contrato entre o Consórcio de duas empresas e PMSP pelo valor de R\$ 164.383.313,87. Referente ao Lote 2 das obras, a PMSP estabeleceu um contrato com outro consórcio de duas empresas no valor de R\$ 144.362.573,36. As despesas para a execução das obras, contratadas em dois lotes, foram custeadas parcialmente com o repasse do Ministério das Cidades – denominado como verba incidente –, e o restante da Prefeitura do Município e São Paulo – denominado como verba não incidente⁸.

Considerando o contexto apresentado, as análises das intervenções com financiamento do PAC foram aprofundadas nas obras do Lote 2, sobretudo aquelas que

obras civis de drenagem no Rio Aricanduva, enquanto o Contrato 012/SIURB/15, associado ao Lote 1 das obras, não enumera as intervenções.

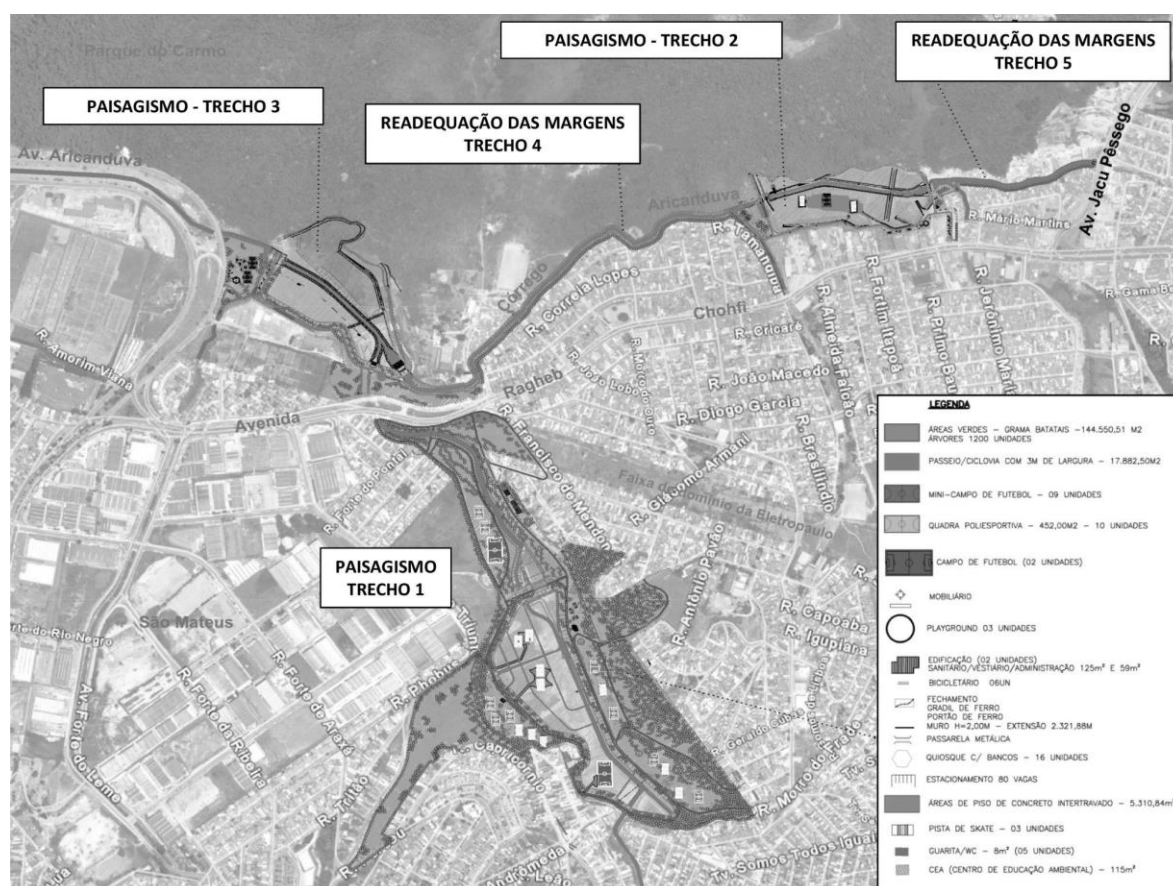
⁶ As intervenções que apontaram a previsão de desapropriação foram: “o caso do alteamento da Ponte Manilha, da implantação dos Parques Lineares do Alto Aricanduva e do Reservatório Caguaçu e do Sistema Viário Av. Vilanova Artigas” (Brasil, 2016: 4)

⁷ Informações levantadas a partir do Edital de licitação - RDC PRESENCIAL Nº 004/14/SIURB; Contrato 014/SIURB/15 inserido no processo 2015-0.268.877-4 e Contrato 012/SIURB/15 do 2015-0.242.680-8 coletado via Processo SEI 6022.2021/0000736-3.

⁸ Informações retiradas do Ofício Nº 235 SIURB/ATAJ, descritas na p. 6, do processo 2015-0.268.877-4.

impactaram a área de estudo localizada na região da periferia da zona Leste de São Paulo. Trata-se de intervenções associadas a canalização do rio Aricanduva, mediante a readequação das margens do rio, por meio da implementação de parques lineares, além de diversos equipamentos em todo o conjunto de reservatórios e trechos a canalizar (Consórcio Cidade SP, 2013: 19). Mas, para as intervenções, o EIA/RIMA apontou a necessidade de remoções de moradias em situação de risco. A Figura 1 expõe a localização da implantação das principais estruturas previstas para integrar os parques lineares do Alto Aricanduva, sendo os respectivos trechos 4 e 5 relacionados às remoções.

Figura 1 – Implantação das principais estruturas que integrarão os Parques lineares do alto Aricanduva, na zona leste de São Paulo (Brasil).



Fonte: Acervo Conselho Gestor de Zeis PAC Drenagem Aricanduva.

Diversos foram os propósitos para justificar a implementação de parques lineares ao longo do rio Aricanduva encontrados no EIA/RIMA do Consórcio Cidade SP (2013). O documento destaca que a implementação dos parques seria uma forma de buscar soluções para o problema de inundação da bacia, possibilitando, em conjunto, a integração com os equipamentos de drenagem com a paisagem urbana em harmonia do rio com seu entorno. Além disso, o documento colocou uma demanda de equipamentos de lazer e pela necessidade de compensar a população pela localização dos reservatórios.

Ainda é ressaltada como justificativa para a construção desses parques nas áreas envolvendo os reservatórios, a possibilidade de proporcionar “melhorias na qualidade estética e de salubridade ambiental do entorno como um todo, valorizando os terrenos particulares, melhorando as condições de acesso e o usufruto aos equipamentos públicos; também estabelecerá um novo encadeamento entre áreas públicas e privadas numa região absolutamente carente de equipamentos públicos” (Consórcio Cidade SP, 2013: 18-19). Ou seja, nota-se, por um lado, justificativas importantes que incorporaram a dimensão ambiental para solução da inundação, a questão do risco, lazer e etc; mas, por outro, observa-se o argumento se expandindo para uma justificativa baseada em uma lógica econômica voltada às propriedades privadas, ao associarem as melhorias urbanísticas a uma valorização de terrenos privados.

Diante da apropriação da natureza pelo empreendimento visando uma valorização privada futura, Foladori (2001) ressalta que a natureza somente é valorizada na sociedade capitalista por meio do seu valor de troca, ou seja, se ela poder ser trocada por outra mercadoria ou, inclusive, por dinheiro, uma produção futura. Na prática, o preço de um determinado terreno está dado por sua renda capitalizada, considerando as melhorias incorporadas, sua localização e destino econômico, tanto no local propriamente dito como na vizinhança. Para o autor, essa capitalização da renda futura é a causa da especulação da terra, e constitui claramente a insustentabilidade, sendo que a produção futura como resultado da valorização capitalista do solo provoca impacto negativo.

Ainda que não haja explicitamente uma dominância do capital financeiro envolvendo a produção de infraestrutura do empreendimento do PAC Drenagem Aricanduva, observam-se pistas de uma possível valorização futura de propriedades privadas, segundo as justificativas das obras apresentadas, caso o projeto se concretize. Nesse sentido, segundo Ferrara (2022), atualmente, a nossa relação enquanto sociedade com a natureza é mediada por relações capitalistas e financeirizadas na produção do espaço urbano contemporâneo. A autora ressalta uma nova dinâmica atual do setor imobiliário e de infraestruturas, visto que a “a capitalização de renda futura passa a ser um dos principais objetivos dos projetos de intervenções urbanas” Ferrara (2022: 224).

Pereira e Aldigueri (2023) afirmam que a natureza ainda continua sendo fundamental para realização do trabalho, ao possibilitar os meios e a base física, como, por exemplo, o espaço para organizar e operar o trabalho. Contudo, para eles, a natureza é apropriada como propriedade privada da terra, configurando-se como uma mercadoria, porém, de forma geral, ela se diferencia de outras mercadorias produzidas. Apesar disso, a propriedade da terra (ou propriedade da terra-natureza) segundo os autores, é observada recentemente como um não

valor, é expressão de um capital imaginário, sob mobilização de um capital fictício.

Conforme Lencioni (2021), a partir das obras de Marx, o processo de produção capitalista é responsável por produzir suas próprias condições de existência. Para isso, as condições gerais de produção, segundo a autora, constituem requisitos ou premissas essenciais à reprodução do capital. Tais condições estabelecem, num sentido mais amplo, suporte e produção para as necessidades sociais, sendo usufrutos coletivos e não individuais. Contudo, deve-se considerar que elas são, simultaneamente, “condições para a reprodução do capital” e “condições prévias e resultados do próprio processo capitalista de produção e, portanto, relacionadas ao valor em movimento” (Lencioni, 2021: 37-38). Portanto, a autora compreende as infraestruturas urbanas como condições gerais de produção.

Se por um lado, o empreendimento PAC Drenagem é concebido como uma intervenção necessária para melhorar a qualidade ambiental e social, por outro lado, sua função na reprodução do capital, como condição geral de produção, é pouco desenvolvida. Isto é, ao mesmo tempo que as infraestruturas são estruturantes da urbanização, e por isso, são elementos privilegiados para a discussão ambiental urbana, podendo significar qualificação ambiental, por outro, frente a forma como estão sendo realizadas, também podem acelerar processos de despossessão de comunidades pobres, ainda mais quando associadas ao interesse imobiliário e de valorização, aprofundando desigualdades socioambientais. Assim, a seguir contextualizaremos o processo de remoções de famílias em decorrência das intervenções do programa, previstos inicialmente com reassentamento, mas no decorrer do processo houve uma série de contradições e conflitos.

3. O processo de remoções forçadas em decorrência das intervenções do PAC Drenagem Aricanduva na periferia da zona leste de São Paulo

Para a construção de parte das intervenções ligadas ao empreendimento financiado pelo PAC Drenagem Aricanduva, o EIA/RIMA (Consórcio Cidade SP, 2013), apontou a necessidade de famílias serem removidas e realocadas. As áreas selecionadas para remoção e realocação de famílias foram especialmente as favelas consideradas em risco, denominadas pelo poder público como Tabor, Jardim São Gonçalo, Lupércio de Souza Cortêz, Piscinão Aricanduva II e Tanque Itapolis⁹. Com exceção da última favela, todas as outras

⁹As intervenções no Tanque Itápolis também envolvem remoções mobilizadas pelo risco, mas para implementação da proposta de prolongamento e recapeamento no Viário Arquiteto Vila Nova Artigas (Consórcio Cidade SP, 2013). Ressalta-se que esse território não entrou para a pesquisa empírica, uma vez que essas intervenções fazem parte do lote 1 das obras financiadas pelo PAC, assim como o território está situado em outro distrito da região leste de São Paulo.

foram atreladas às intervenções dos parques lineares da Aricanduva, apresentados na figura 1.

Em vista da perspectiva histórica e socioeconômica, a ocupação da região foi iniciada entre a década de 1980 a 1991, em terrenos de propriedade pública¹⁰, por meio da construção pelos próprios moradores de moradias, galerias de água e esgoto, segundo relatos recentes de campo. As ocupações estão situadas entre duas subprefeituras e distritos distintos (distrito Iguatemi e Parque do Carmo), além de importantes avenidas (Avenidas Aricanduva, Jacu Pêssego e Ragueb Chohfi), na região da zona leste de São Paulo. Também são Zonas Especiais de Interesse Social 1 (ZEIS-1), mas bastante próximas de Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU), segundo o Plano Diretor do município. Mais recentemente, o local também vem recebendo investimentos públicos para o empreendimento de um projeto de infraestrutura relacionado à extensão da linha 15-prata do metrô de São Paulo, que também inclui desapropriações¹¹. Porém, há anos, o local vem sendo afetado por outras ameaças de remoção, como apontou as entrevistas em Petrella (2021).

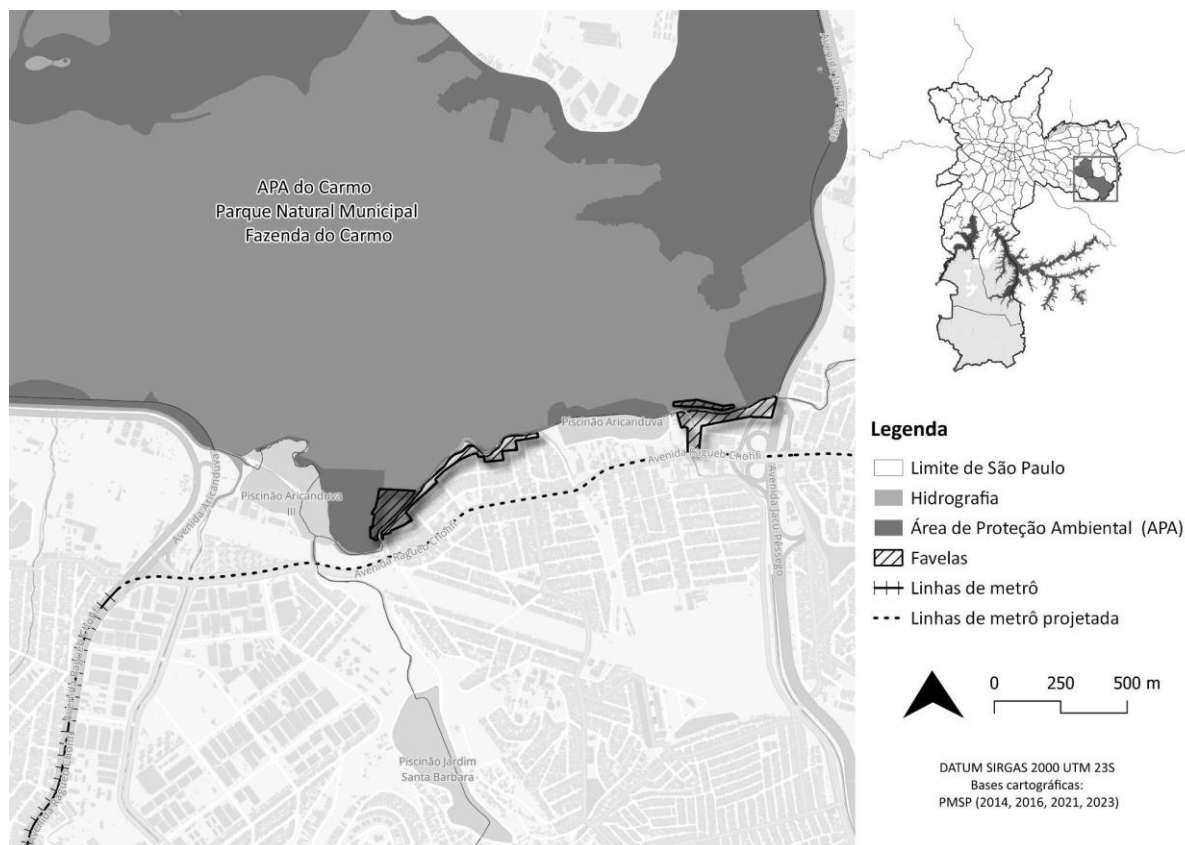
Os territórios também são relevantes do ponto de vista ambiental, pois, por um lado, as áreas ocupadas são vizinhas e, até mesmo, algumas moradias estão em conflito, com duas Unidades de Conservação (UC): o Parque e Fazenda do Carmo e Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (PNMFC), uma Unidade de Conservação do tipo Proteção Integral, que integra o maior remanescente de Mata Atlântica da zona leste de São Paulo e Área de Proteção Ambiental (APA), uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável¹². Por outro lado, são territórios em áreas ambientalmente sensíveis e com risco alto de inundação, visto que há moradias entre as margens do rio Aricanduva. A figura 2 abaixo expõe um mapa de localização das favelas impactadas pelo empreendimento.

¹⁰ Segundo os metadados do site Habitasampa, a data de referência dos dados sobre as áreas favelas no Município de São Paulo da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB/HABITASAMPA, consultados a partir do Geosampa, é de 2016. Para saber mais acessar: <https://mapa.habitasampa.inf.br/>.

¹¹ A Linha 15–Prata do Metrô de São Paulo é uma linha de monotrilho, com 26,6 km de extensão e 18 estações, projetada para ligar os bairros de Vila Prudente, Parque São Lucas, Sapopemba, São Mateus, Iguatemi, entre outros da região da zona leste de São Paulo. Para saber mais, mais acessar: <https://www.metro.sp.gov.br/obras/linha-15-prata/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

¹² O Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (PNMFC) integra o maior remanescente de Mata Atlântica da zona leste de São Paulo. Caracterizado como a primeira Unidade de Conservação de Proteção Integral criada na capital paulista, o PNMFC situa-se no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) Parque e Fazenda do Carmo, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável sob gestão do Estado de São Paulo, por meio da Fundação Florestal, e pertence à Macrozona de Proteção Ambiental, incluído na Zona Especial de Preservação (ZEP) e Zona Mista de Proteção Ambiental (ZM-p). Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/index.php?p=42141>. Acesso em: 06 out. 2022.

Figura 2 – Mapa de localização das favelas impactadas pelo empreendimento PAC Drenagem Aricanduva, na zona leste de São Paulo (Brasil).



Fonte: Elaboração das autoras, 2024.

A chegada da notícia das intervenções com remoções pelo PAC Aricanduva se deu em meados de agosto de 2018, conforme a primeira entrevista realizada (Petrella, 2021). Este período foi marcado por situações conflituosas, repletas de insegurança e resistência dos moradores das comunidades. Conforme a segunda entrevista, todos foram surpreendidos e não aceitaram o anúncio do poder público numa reunião na Subprefeitura de São Mateus acerca das intervenções. As lideranças se organizaram contra as ações de selagem das casas pela prefeitura de São Paulo, visto que foi uma iniciativa tomada sem o consentimento dos moradores (Petrella, 2021).

As remoções foram encaradas como uma imposição, não houve o direito de escolha, era preciso remover as famílias e demolir as moradias no trecho das obras envolta do rio Aricanduva. O debate do poder público com os moradores foi marcado por diversos conflitos, inclusive, foi frisado que eles deveriam aceitá-las da maneira proposta, caso não, aconteceria uma reintegração de posse no local. O trecho abaixo expõe mais detalhes sobre a imposição das remoções.

(...) Pânico total, a primeira eles receberam com muito medo, porque era uma obra, era um empreendimento, era algo novo que nunca foi apresentado nas comunidades, a gente até então não tinha relatos destas situações de que os empreendimentos já estavam prontos e o morador só precisava aceitar a selagem. (...) então foi muito assustador né, e até hoje alguns não aceitam né, a mudança. Porque não é só mudar a residência, não só né, a identidade, é isso, muitas pessoas não se adaptam ainda (...) então foi um pouco assustador para o morador (...) Então o morador ficou totalmente assustado (...) foi uma coisa muito supérflua; “olha, aqui vai sair” eles não aprofundaram, eles não falaram com propriedade do projeto em si, por ter sido também duas horinhas só e não tinha como mesmo falar né, e a gente ali batemos de frente falando que era vago demais para aceitar aquela situação e nos foi passado que não haveria um termo de aceitação ou não, ou aceita selar ou era reintegração de posse o que deixou todo mundo mais louco ainda (Pessoa entrevistada 5) (Petrella, 2021).

As análises sobre os processos de remoções em pesquisa anterior (Sá, 2021), constatou que cerca de 800 famílias foram removidas parcialmente dos territórios em 2019, sob execução do poder público municipal. Essas remoções de famílias foram mobilizadas por um conjunto de justificativas sobrepostas, tais como: as próprias obras de drenagem do PAC Aricanduva (parques lineares e readequação das margens do rio Aricanduva); área de risco, inundações e alagamentos e, ainda, possíveis interesses públicos e privados. A figura 3 a seguir mostra a comunidade Tabor após o início das remoções.

Figura 3 – Comunidade Tabor após as remoções de famílias associadas às obras do PAC Drenagem Aricanduva



Fonte: Acervo pessoal (2020).

De fato, as comunidades vivem sob situação de riscos hidrológicos e, historicamente, passaram por eventos de inundações com perdas, vários danos e prejuízos às famílias, como

foi constatado nas entrevistas e relatos de campo. No entanto, contraditoriamente as justificativas para as intervenções e remoções baseadas na dimensão ambiental das inundações e risco, ressalta-se que o projeto envolveu somente o trabalho social com as famílias removidas, diferente de obras do PAC de urbanização de favelas, como ressaltou o Plano de Trabalho Social das obras PMSP (2018).

Não obstante, apesar da sobreposição de justificativas para as ações, segundo a primeira entrevista, prevaleceu a necessidade de realização da obra de canalização do rio para remover as famílias sobre a necessidade de solução habitacional, como pode ser observado no trecho abaixo:

Sempre se justificou a necessidade da obra (...) da canalização do rio e por conta desta obra há remoção das famílias. Na verdade, se a gente for analisar o que chegava para gente é (...) o acesso a habitação ele não se dá pela necessidade de habitação primeiro, mas pela obra que passaria aqui (...) a mensagem implícita é essa; por conta da obra precisamos remover as famílias, não por conta das condições de moradia (Entrevista 1) (Petrella, 2021).

No que se refere aos outros interesses envolvidos com as remoções, relatos de entrevista apontaram as percepções sobre os possíveis interesses econômicos e políticos de valorizar as áreas, como foi apontado a oitava entrevistada. A remoção sempre foi a escolha principal, acima da urbanização da favela, como se observa abaixo.

O interesse nunca foi organizar a favela, urbanizar, dar essa condição de qualidade, o interesse foi remover (...) essa área, sempre teve esse interesse comercial, está num local em volta dessa mata né, de reserva, do parque do Carmo, por estar numa avenida. Então você começa a perceber essa ligação política com isso. Um interesse realmente em deixar feio, não buscar outras maneiras né de resolver as problemáticas que tão dentro dessa comunidade, dessa favela, entendeu? (...) Foi utilizado, eu acho, como um pano de fundo (...) Isso tudo vai deixar essa área mais nobre, né? Eu acho que tem esse interesse político por trás. A gente sempre percebe que o projeto da cidade cada vez mais é afastar as comunidades (...) E aqui, ficou muito claro isso no passado (...) essa área não é peixe pequeno que quer, é peixe grande (...) por que não então remover a comunidade, construir esses prédios aqui e devolver? (...) Então nunca houve um interesse verdadeiramente de formalizar esse espaço para pessoas que já estão nesse território. A intenção não é essa, a intenção é tirar as pessoas desse território, colocá-las pra mais longe possível, entende? E aí trazer outros comércios, outros condomínios, né, pra esse local (...) Fica mais escrachado (...) é o interesse realmente político né de tirar, de usar essa área (...) De enobrecer de uma maneira comercial, né? Que não priorize verdadeiramente as pessoas que estão nesse território, mas sim com aquela política nefasta né que remove, que segrega, que afasta (Pessoa Entrevistada 7) (Petrella, 2021).

Embora os territórios impactados pelas intervenções estejam situados afastados da região central, em um bairro na periferia da zona leste de São Paulo, a autora Damiani (2016) afirma que a todo instante novos espaços destinados à valorização econômica, tanto no centro, como na periferia, especialmente nas grandes cidades, estão sendo produzidos no

espaço. No mesmo sentido, Rolnik (2015: 166) os processos atuais indicam “uma nova dinâmica e um novo papel das terras ocupadas pelos pobres”, tanto em contextos urbanos como rurais. Nesta fase na qual o capital se encontra, financeirizada e rentista, as terras que não são de propriedade individual e formalmente titulada e registrada, mas sim terras apropriadas sob regimes de posse, tornam-se o seu funcionamento como uma “reserva, passível de ser ocupada a qualquer momento por frações do capital financeiro”. Nesse ínterim, as favelas podem, globalmente, “converterem-se em novas reservas de terra para extração de renda, sob hegemonia do completo imobiliário-financeiro” (Rolnik, 2015: 167).

De acordo com Kowarick (1979), a especulação imobiliária não é exclusiva a determinadas áreas, especialmente quando se trata de investimentos em serviços e ou infraestruturas básicas. O exemplo mais nítido citado por ele dessa dinâmica é o que ocorre em áreas contíguas ao trajeto do metrô, mesmo em projetos futuros (Kowarick, 1979). No entanto, até mesmo “o surgimento de uma rodovia via expressa, a canalização de um simples córrego, enfim, uma melhoria urbana de qualquer tipo, repercute imediatamente no preço dos terrenos” (Kowarick, 1979: 40). Tal processo de especulação também é interferido a partir de intervenções do poder público por meio de planos de reurbanização, desapropriações, forçando uma “nova configuração espacial” (Kowarick, 1979: 40).

Os reassentamentos das famílias removidas foram previstos inicialmente via Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), conforme o EIA/RIMA do empreendimento (Consórcio Cidade SP, 2013). O primeiro momento de deslocamento, em meados do segundo semestre de 2019, coincidiu com mudanças para o Conjunto Residencial Safira, localizado em outro distrito distinto dos territórios de origem, em Itaquera, na zona leste de São Paulo, como mostraram as entrevistas (Petrella, 2021). As últimas entrevistas realizadas também relataram outro local destinado ao reassentamento, o Conjunto Habitacional Phobus, em São Mateus, na mesma região. Por outro lado, conforme a terceira entrevista (Petrella, 2021), o atendimento habitacional existiu graças à mobilização dos moradores e lideranças dos territórios.

Incluindo os dois empreendimentos mencionados, nos trabalhos de campo recentes (2023), foi relatado cerca de quatro conjuntos habitacionais ligados ao reassentamento de famílias, todos na região Leste de São Paulo¹³. Apesar disso, nem todas as pessoas impactadas pelas remoções receberam atendimento habitacional definitivo, como foi o caso de trabalhadores do comércio local, pessoas já atendidas em outros programas habitacionais

¹³ Os quatro empreendimentos mencionados nas visitas de campo se encontram na região da zona leste de São Paulo, sendo: 1. Conjunto Residencial Safira, em Itaquera; 2. Conjunto Phobus, em São Mateus; 3. Conjunto Habitacional Forte do Rio Negro, em São Mateus; e 4. Conjunto Habitacional Chafariz de Pedra, em São Mateus.

e mais recentemente as famílias em um trecho de obra não finalizada que seguem ameaçadas de remoção.

Inclusive, para essas famílias sob ameaça de remoção, foi ofertado pelo poder público a proposta de auxílio aluguel no valor de R\$600,00, enquanto os conjuntos habitacionais são construídos. Porém, há indícios de que as unidades habitacionais precisarão ser financiadas pelas famílias, o que pode ocasionar o endividamento da população. Em vista disso, Gago (2018) destaca que na América Latina o neoliberalismo também está enraizado em territórios e práticas populares, a partir da expansão de economias informais, financeirização da vida cotidiana e dos próprios direitos sociais como mecanismo de endividamento em massa.

Apesar do momento das remoções não terem relatos sobre a existência de violência física, ou até mesmo a presença de agentes da polícia para garantir a saída das famílias, a sétima entrevista apontou que a violação de direitos com as famílias já teria acontecido psicologicamente, dado o deslocamento das famílias involuntariamente. Essa violência também se fez presente à medida que as pessoas precisaram deixar os seus costumes e comportamentos para trás, com suas formas de viver, para serem colocadas em condomínios com novas normas e regras e, inclusive, com dificuldade financeira para arcar com os novos custos dos apartamentos. Não consideraram a história e conexão das famílias com o local, e em consequência da ausência de escolha, as famílias cederam as remoções, como descreve o relato a seguir.

A violência já aconteceu psicologicamente, você tirar a pessoa do espaço colocar-lá em outro com normas e regras já é uma violência, não que não seja benéfico, mas precisa ter um processo de preparar essas pessoas para esse espaço, isso não houve. Então, por exemplo, se o pessoal com equipamento para demolir na minha casa, que eu vou fazer? Ou eu saio ou eu fico, então fica meio... fica exposto a situação de vulnerabilidade. (...) Eu sei de pessoas que não queriam sair, mas iam fazer o que? Lutar para ficar e as máquinas iam passar por cima e perder seus móveis, então a alternativa foi ceder, foi sair. O nível de violação e de violência só pelo fato dessa remoção ter acontecido sem ter feito essa preparação com as pessoas, só veio e tirou, ou você sai eu derrubo sua casa com os móveis. (...) esse povo já pertence a esse lugar, porque quando eu estou nesse lugar, eu tenho uma história neste lugar, eu tenho uma conexão com esse espaço né, (...) eu me socializo com esse espaço e aí quando eu tiro as pessoas desse espaço, quando chega um pessoal para fazer esse processo, eu acho que isso não é mensurado então fica nisso. É lá ou rua, é meio que isso. (Pessoa Entrevistada 7) (Petrella, 2021)

Desde 2019, ano de início das remoções de famílias, foi instaurada uma insalubridade e insegurança no trajeto onde as famílias foram removidas e moradias demolidas, tal como mostra a figura 3 . Essa condição insalubre do trajeto das remoções com entulhos das demolições de casas, resíduos deixados entre as demais moradias de famílias, permaneceu sem limpeza até meados de 2023, possibilitando o aparecimento de animais peçonhentos no

local, riscos sobretudo à saúde, principalmente à população que continua morando no local. Da mesma forma, nesses trajetos das remoções houve reocupações das moradias demolidas e foram instaladas novas ocupações, como expõe a figura 4, sobretudo de famílias removidas que, retornando ao local, em terrenos livres e alinhadas ao aumento de violência no local.

Figura 4 – Condições das moradias e reocupações observadas na comunidade Tabor e Jardim São Gonçalo após as remoções e início das obras o PAC, em agosto de 2023



Fonte: Elaboração das autoras, 2023.

Diferentemente do projeto original, os parques lineares não foram implementados. Além disso, a canalização do rio Aricanduva foi realizada parcialmente, faltando um trecho para canalizar, onde vivem cerca de 30 famílias em ameaça de remoção, o que resultou em diversos conflitos e riscos socialmente construídos no local¹⁴. Dado que, o resultado deixou o córrego e esgoto ao ar livre sem proteção, sem os parques lineares que poderiam garantir uma melhora da qualidade urbana e ambiental, reforçando a insegurança das crianças e

¹⁴ A noção de risco como construção social não nega a veracidade das mudanças climáticas que tem potencializado eventos extremos cada vez mais recorrentes globalmente. Com base em uma ampla rede de autores Veyret, (2007), Canil, Lampis e Santos (2020); Canil et al., (2022); Nogueira et al. (2021), o conceito de riscos e desastres não são compreendidos somente como um fenômeno resultante da natureza, mas sim como produto de ações da sociedade, ligados a processos políticos e econômicos diversos.

demais pessoas no local, como foi relatado em campo. Quanto à solução de inundações das obras, não houve, até o momento, eventos severos como antigamente, mas ainda há enchentes no local, como mostra a figuras 5 o quase transbordamento do rio Aricanduva, que conforme os registros em campo já provocaram acidentes recentes.

Figura 5 – Enchentes ocorridas em novembro e dezembro de 2023 após obras do PAC Drenagem Aricanduva nos territórios Tabor e Jardim São Gonçalo



Fonte: Acervo do Conselho Gestor de ZEIS PAC Drenagem Aricanduva, 2023.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), diante de seus conflitos urbano-ambientais atuais, nota-se, de um lado, a questão ambiental sendo envolvida nas políticas urbanas, e, por outro, o discurso ambiental incorporado com frequência por outros setores privados, como empresas e instituições. Porém, a incorporação pela própria opinião pública vem amparando várias práticas e projetos que têm fomentado injustiças ambientais e conflitos sociais, que vêm se manifestando em áreas protegidas ambientalmente, como as de risco. Por exemplo, projetos de infraestrutura vinculados ao saneamento ambiental ao aderirem à remoção ou realocação habitacional, mas não a avaliam de maneira socialmente justa e, por conseguinte, reproduzem um ciclo de ocupações em áreas precárias, como em locais ambientalmente sensíveis (Martins; Ferrara, 2016).

As obras de Acserald (2004), Zhouri e Laschefski (2010) e Alier (2007) auxiliam na compreensão e reflexão sobre os conflitos, sobretudo ambientais. Conforme os autores, os conflitos ambientais são gerados a partir de mudanças na forma de apropriação e uso dos recursos “naturais” no território, produzindo externalidades negativas. Para eles, os conflitos ambientais denunciam as contradições inerentes às pessoas excluídas, que geralmente

adquirirem externalidades negativas, assim como revelam situações de injustiça ambiental (Acselrad, 2004), uma condição inerente às sociedades desiguais onde os danos ambientais do desenvolvimento são destinados intensamente a grupos sociais marginalizados, como população de baixa renda, trabalhadores e pessoas afetadas por discriminações raciais.

Reflexões finais

A análise sobre o processo de remoções de famílias com financiamento do PAC Drenagem Aricanduva, na zona leste de São Paulo, até o momento, revela algumas especificidades sobre a produção do espaço periférico. As reflexões iluminam que esses processos de intervenção com remoções reproduzem lógicas passadas do processo de espoliação urbana (Kowarick, 1979) e, mais recentemente, estão conectados à espoliação imobiliária (Pereira, 2016), sobretudo sob regulação do Estado. Esta reflexão vai de encontro as análises de Ferrara (2018) acerca dos projetos urbanos de infraestrutura, os quais frequentemente, são implementados reproduzindo processos de espoliação social, principalmente para a população mais pobre, mas não somente em termos econômicos, também no ambiente habitado e nas condições de vida, em outras palavras, envolvem a dimensão ambiental. A reprodução de espoliação e expulsão da população de suas moradias também foi observado em outros casos de remoções na mesma região nas análises de Milano e Sá (2020).

As reflexões teóricas apresentadas em conjunto com as discussões empíricas sobre as intervenções do programa evidenciaram também, até o momento, o caso como ilustrativo da reprodução de desigualdades intrínsecas à produção do espaço urbano latino-americano. Considerando a instrumentalização do espaço por inteiro (Lefebvre, 2008), nota-se que as desigualdades aprofundadas pelos problemas ambientais e urbanos são decorrentes do modo como o espaço têm sido produzido e instrumentalizado sob uma lógica econômica, por exemplo, a partir do acúmulo de investimentos para a produção de infraestrutura e imobiliária em outras áreas mais valorizadas para população de alta renda, enquanto o restante da cidade permanece em condições de moradia precária, como observada nas investigações de Ferrara (2018).

Apesar do encontro de pistas de que a produção da natureza por meio dos parques lineares no rio Aricanduva com financiamento do PAC possam fomentar uma valorização futuramente, esse fato ainda não foi concretizado. Contudo, é importante lembrar que a urbanização faz parte de um processo desigual e combinado (Oliveira, 2013) que engendra, simultaneamente, valorização e desvalorização, espaços de qualidade e espaços precários

de moradia, ou seja, a desigualdade é resultado do próprio processo de produção do espaço. Assim, não se descarta a possibilidade de que haja uma apropriação econômica do espaço e da natureza com associação à produção imobiliária e infraestrutura futuramente na região.

Essas considerações se sustentam, pois, em suma, os resultados do processo de intervenção nos territórios de estudo, até o momento, apresentam uma incompletude das obras, em meio a conflitos e contradições, bastante diferente da proposta original. O início das intervenções foi marcado pelas ameaças e remoções parciais de famílias no ano de 2019, mas nem todas as pessoas afetadas receberam atendimento habitacional definitivo, fomentando uma transitoriedade permanente pela cidade (Rolnik, 2015). Com o não início imediato das obras após as remoções, o local foi reocupado e, assim, a implementação dos parques lineares não se concretizou, sendo realizadas apenas canalização parcial do rio Aricanduva. Em contrapartida, também não houve uma proposta de projeto em conjunto com a urbanização das favelas.

Nesse ínterim, em decorrência da forma como o poder público executou as obras, juntamente a outros agentes privados responsáveis pelas obras civis e outros serviços, as intervenções engendraram uma série de impactos, o que provou diversos conflitos e riscos socialmente produzidos e, logo, aprofundou desigualdades. Os exemplos principais desses conflitos e riscos são: as remoções sem o devido ao reassentamento definitivo, tanto para as famílias removidas quanto para aquelas que continuam sob ameaça; em seguida, a insalubridade e falta de saneamento agravada pelos entulhos das demolições das moradias de famílias removidas, deixadas por anos no local, além de casas abauladas; e novas ocupações e reocupações de moradias já demolidas, sobretudo atreladas ao aumento de violência no local. As consequências das intervenções no rio Aricanduva pelo programa, por sua vez, aprofundaram desigualdades no local, diante das condições da vida cotidiana repleta de riscos e da degradação socioambiental do espaço, dificultando ainda mais a apropriação da natureza de forma coletiva pela população.

Assim sendo, outros desdobramentos sobre a produção do espaço periférico ainda demandam mais reflexões. O atual metabolismo social dos territórios impactados pelo empreendimento também pode fornecer desdobramentos relevantes para futuras pesquisas. Todavia, dada a relação de tensão permanente entre a população e a natureza, acredita-se que esse estado inacabado do projeto de infraestrutura proposto e a reprodução de conflitos e riscos como consequência, estão gerando novas fraturas no metabolismo urbano nesse fragmento do espaço da periferia.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal do ABC e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - (Processo nº 2022/15561-7) pelas bolsas de mestrado da autora Júlia do Nascimento de Sá para o desenvolvimento da pesquisa. Também agradecemos ao apoio do projeto FAPESP (Processo nº 2019/13233-0), coordenado pela autora Luciana Nicolau Ferrara.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich (2019) *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista* (São Paulo: Editora Elefante).

ACSELRAD, Henri (2004) As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org). *Conflitos Ambientais no Brasil* (Rio de Janeiro: Relume/Dumará: Fundação Heinrich Böll).

ALIER, Juan Martínez (2007) *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. (São Paulo: Contexto).

BRASIL (2016) Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 433/2016, Plenário, Relator: Ministro Bruno Dantas, Processo TC 011.179/2015-5, Ata 6/2016 (Brasília, DF, Sessão 2/3/2016).

CANIL, Katia; LAMPIS, Andrea; SANTOS, Kauê (2020) “Vulnerabilidade e a construção social do risco: 160 uma contribuição para o planejamento na macrometrópole paulista”. *Cadernos Metrópole*, [s.l.], v. 22, n. 48, p. 397-416.

CANIL, Katia.; MOURA, Rodolfo Baesso.; SULAIMAN, Samia; SILVA, Rafael Costa.; VIEIRA, João José; NOGUEIRA, Fernando Rocha.; LEITE, Marília de Azevedo (2022) A construção social do risco e as diferentes escalas de análise. In: Samia Nascimento Sulaiman; Fernando Rocha Nogueira; Katia Canil; Rodolfo Baesso Moura; Marília Azevedo Baptista Leite. (Org.). *Caminhos participativos para gestão integrada de riscos e desastres: Um projeto de pesquisa e extensão universitária* (Santo André, SP: Editora UFABC), v. 1, p. 41-58.

CARDOSO, A. L.; DENALDI, R (2018) Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) In: Adauto Lucio Cardoso; Rosana Denaldi (Org.) *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC* (Rio de Janeiro: Letra Capital), v. 1, p. 09-48.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (2015) “A virada espacial”. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 7-16. ISSN 1984-2201.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (2011) Da organização à produção do espaço. *A condição espacial* (São Paulo: Contexto).

CARLOS, Ana Fani Alessandri (2020) “Segregação socioespacial e o “Direito à Cidade”. *GEOUSP* (USP), v. 24, p. 412-424.

CONSÓRCIO CIDADE SP (2013) Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental - Obras de Controle de Inundações da Bacia do Alto Aricanduva – fase complementar I, São Paulo.

DAMIANI, Amélia Luisa (2001) “Reflexões sobre uma urbanização crítica a partir da metrópole de São Paulo”, 8o Encuentro de Geógrafos de América Latina, Santiago.

DAMIANI, Amélia Luisa (2009) “A Urbanização Crítica na Metrópole de São Paulo, a partir de fundamentos da Geografia Urbana”. *Revista da Anpege*, v. 5, p. 51-70.

DAMIANI, Amélia Luisa (2016) “A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra”. *Revista Continentes*, v. 9, ano 5, p. 12-24.

FERRARA, L. N (2018) O lugar da natureza na produção do espaço metropolitano: do metabolismo urbano industrial para o imobiliário financeiro. In: Paulo Cesar Xavier Pereira. (Org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI* (São Paulo: FAUUSP), v. 1, p. 137-160.

FERRARA, L. N (2022) Metabolismo urbano sob o domínio financeiro: apontamentos a partir da produção imobiliária e da natureza na cidade de São Paulo. In: Lucia Shimbo; Huana Carvalho; Fabrice Bardet. (Org.) *Valua Terra: construir o valor dos ambientes*. Olhares cruzados brasileiros e franceses. 1ed. São Carlos: IAU/USP; (Lyon: Éditions deux-cent-cinq: École urbaine de Lyon), v. 1, p. 221-231.

FERRARA, L. N.; CARDOSO, A. L (2022) Um panorama sobre a pesquisa em rede e as interfaces da pauta ambiental. In: Luciana Nicolau Ferrara; Adauto Lucio Cardoso, Érica Machado. (Org.) *A dimensão ambiental na urbanização de favelas: olhares críticos a partir da drenagem urbana nos projetos do PAC* (Rio de Janeiro: Letra Capital), v. 1, p. 11-42.

FERRARA, L. N.; ALDIGUERI, C. R. ; LIMA, B. A. A. ; HOLANDA, T. L. C (2023) Formas de capitalização da natureza em empreendimentos imobiliários nas Operações Urbanas Consorciadas Faria Lima e Água Espraiada. In: Luciana Nicolau Ferrara; Rodrigo Hidalgo Dattwyler; Bruno Avellar Alves de Lima. (Org.) *Natureza e metabolismo urbano: reestruturação do espaço no Brasil e no Chile* (Rio de Janeiro: Letra Capital), v. 1, p. 209-242.

FOLADORI, Guillermo (2001) “O metabolismo com a natureza”. *Crítica Marxista (Roma)*, São Paulo, v. 12, p. 50-62.

FOSTER, John Bellamy (2005) *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

GAGO, Verônica (2018) *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Trad. Igor Peres (São Paulo: Elefante).

HARVEY, David (2008) “O Direito à Cidade”. Tradução: Jair Pinheiro. *New Left Review*, n. 53.

HARVEY, David (2014) *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* (São Paulo: Martins Fontes).

HARVEY, David (2020) *Os Sentidos do Mundo: textos essenciais* (São Paulo: Boitempo).

HEYNEN, N.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E (2006) Urban political ecology: politicizing the production of urban natures. In: Nik Heynen, Maria Kaika; Erik Swyngedouw (Org.) *In the nature of cities – urban political ecology and the politics of urban metabolism* (London and New York, Routledge), p. 1-20.

Kowarick, Lúcio (1979) *A espoliação urbana* (São Paulo: Paz e Terra).

LACERDA, L. G.; HARKOT, M. K.; SANTORO, P. F.; ALHO, I. ; BRITO, G. A. S (2020) Despossessão, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções. In: Fernanda Accioly Moreira; Raquel Rolnik; Paula Freire Santoro. (Org.). *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares* (São Paulo: FAUUSP), v. 1, p. 147-179.

LEFEBVRE, Henri ([1972] 2008) *Espaço e política Espaço e política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. (Belo Horizonte: Editora UFMG).

LENCIONI, S (2021) Condições gerais de produção e espaço-tempo nos processos de valorização e capitalização. In: Rufino, B.; Faustino, R.; Wehba, C. (Org.). *Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço: análises em uma perspectiva crítica* (Rio de Janeiro: LetraCapital) v. 1, p. 37-60.

MARICATO, Ermínia (2008) “O nó da terra” *Revista Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-noda-terra/> acesso 20 de junho de 2024.

MARICATO, Ermínia (2015) *Para entender a crise urbana* (São Paulo: Expressão Popular).

MARINO, Aluizio (2019) “Mapeando os invisíveis: Desafios e importância em mapear as remoções na Região Metropolitana de São Paulo”, XVIII Enanpur: Tempos em/de transformação - Utopias, 2019, Natal, Anais dos trabalhos do XVIII Enanpur.

MARTINS, M. L. R. R.; FERRARA, L. N. Meio ambiente urbano: soluções urbanísticas e qualificação de assentamentos precários nas margens de mananciais paulistanos. In: Luis Müller; Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins. (Org.). *Arquitectura y calidad socioambiental del Cono Sur / Arquitetura e qualidade socioambiental nas cidades do Cone Sul* (São Paulo: FADU UNL); FAU USP, 2016, v. 1, p. 150-165.

MILANO, Giovanna Bonilha 2016 “Conflitos fundiários urbanos e Poder Judiciário: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial”, Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Paraná.

MILANO, G. B. ; SÁ, J. N (2020) Propriedade e violência: uma análise das remoções forçadas na Zona Leste de São Paulo (2017-2020). In: Fernanda Accioly Moreira, Raquel Rolnik, Paula Freire Santoro. (Org.). *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares - Observatório de Remoções - Relatório bianual 2019-2020* (São Paulo: FAUUSP), v. 1. p. 365-387.

NOGUEIRA, F.; CAMPOS, F; SULAIMAN, S.; ALHEIROS, M (2021) Dinâmicas e causalidades dos riscos: uma proposta de análise a partir da perspectiva de cenários de risco. In: Samia Nascimento Sulaiman. (Org.) *GIRD+10: Caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres* (Brasília: MDR / SEDEC) v. 1, p. 40-51.

OLIVEIRA, Francisco (2013) *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo).

PEREIRA, P. C. X (1986) “Valorização Imobiliária, Movimentos Sociais e Espoliação”. *Revista Sinopses* (São Paulo: FAUUSP), n. 9, jul., p. 203-2033.

PEREIRA, P. C. X. (2016). “A reprodução do capital no setor imobiliário e a urbanização contemporânea: o que fica e o que muda”. In: PEREIRA, P. C. X. (org). *Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos* (São Paulo: FAUUSP), p. 125-138.

PEREIRA, P. C. X (2018) *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI* (São Paulo: FAUUSP).

PEREIRA, P. C. X. ; ALDIGUERI, C. R (2023) Metabolismo, metamorfose e os significados da natureza na produção imobiliária. In: Luciana Nicolau Ferrara, Rodrigo Hidalgo Dattwyler, Bruno Avellar Alves de Lima. (Org.). *Natureza e metabolismo urbano: reestruturação do espaço no Brasil e no Chile* (Rio de Janeiro: Letra Capital), v., p. 70-98.

PETRELLA, Guilherme (2021) *Banco de Dados do Projeto de Pesquisa “Urbanização Crítica: Acumulação, Conflito e Luta Política”*. Financiamento no âmbito do programa Estudos urbanos e interdisciplinaridade. Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP.

PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (SEHAB) (2018) Plano de Trabalho Social – Córrego Aricanduva, São Paulo.

ROLNIK, Raquel (2015) *Guerra dos lugares – a colonização da terra e da moradia na era das finanças* (São Paulo: Boitempo).

ROLNIK, Raquel; LEITÃO, Karina; COMARU, Francisco; LINS, Regina Dulce (Coord.) (2017) *Observatório de Remoções 2015-2017: Relatório final de projeto* (São Paulo: FAUUSP).

RUFINO, M. B. C.; FAUSTINO, R. (Org.); WEHBA, C. (Org.) (2021) *Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço* (Rio de Janeiro: Letra Capital), v. 1. 363p.

JARAMILLO, Samuel (2012). *Urbanización informal: diagnósticos y políticas : una revisión al debate latinoamericano para pensar líneas de acción actuales*. Universidad de los Andes, Facultad de Economía, CEDE. Disponible en<<http://hdl.handle.net/1992/8320>> acesso 10 de julho de 2024.

SÁ, Júlia Nascimento 2021 “Remoções forçadas na Zona Leste de São Paulo: o caso das famílias removidas em decorrência das obras do PAC Drenagem Aricanduva”, Projeto de Formatura II (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SWYNGEDOUW, Erik (2006). Metabolic urbanization: The making of cyborg cities. In: Nik Heynen, Maria Kaika; Erik Swyngedouw (Org.). *In the nature of cities – urban political ecology and the politics of urban metabolism* (London and New York, Routledge), p. 20-39.

VEYRET, Yvette (2007) *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. Tradutor Dilson Ferreira da Cruz. (São Paulo: Contexto).

VILLACA, Flávio (2011) “São Paulo: segregação urbana e desigualdade”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K (2010) *Conflitos ambientais*. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFMG.